

E agora, o trabalho?

Uma curadoria do Instituto Lavoro

RETROSPECTIVA 2025 – PARTE 2

EDITORIAL

O segundo semestre de 2025 revelou, de forma contundente, como decisões institucionais, reformas estruturais e crises globais seguem redesenhando o campo do trabalho, muitas vezes aprofundando desigualdades e fragilizando direitos historicamente conquistados. Diante desse cenário, nossas reflexões buscaram não apenas registrar esses movimentos, mas problematizá-los criticamente, apontando seus impactos concretos sobre a vida dos trabalhadores e trabalhadoras e reafirmando a necessidade de resistência, organização coletiva e produção de conhecimento comprometido com a transformação social.

Em julho, o foco recaiu sobre o protagonismo do Supremo Tribunal Federal na progressiva desconstrução do Direito do Trabalho, marcada pela flexibilização de garantias históricas, pela legitimação da terceirização irrestrita, de contratos precarizantes e da pejoitização. Esse cenário reforçou a urgência de vigilância crítica, mobilização social e disputa institucional em defesa da função protetiva do Direito do Trabalho.

Agosto aprofundou o debate ao evidenciar que a crise climática é também uma crise social e laboral. As reflexões demonstraram como a degradação ambiental e exploração do trabalho se articulam, atingindo de forma mais intensa os grupos vulnerabilizados, e destacaram o papel estratégico dos sindicatos, da educação ambiental e da resistência a iniciativas legislativas que priorizam o lucro em detrimento da vida.

Em setembro, a atenção voltou-se à inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, apontando avanços normativos relevantes, mas também a permanência de barreiras estruturais, culturais e atitudinais que exigem políticas efetivas de acessibilidade, combate ao capacitismo e promoção da igualdade material.

Outubro foi dedicado à reflexão sobre o futuro do serviço público, em um contexto de reformas e disputas que afetam a estabilidade, a autonomia sindical e a qualidade dos serviços prestados à população, reafirmando o papel central do Estado na garantia de direitos fundamentais.

Por fim, em novembro, a análise crítica do aniversário da Reforma Trabalhista de 2017 evidenciou que suas promessas não se concretizaram, resultando no aprofundamento da precarização, da informalidade e do enfraquecimento sindical, em sintonia com uma tendência global de flexibilização neoliberal.

Essa retrospectiva reafirma que o Direito do Trabalho, o meio ambiente, a inclusão e o serviço público permanecem no centro das disputas contemporâneas por democracia, desenvolvimento e justiça social. Agradecemos a todas e todos que acompanharam nossas reflexões ao longo de 2025. Que em 2026 possamos seguir ampliando diálogos, fortalecendo resistências e construindo, coletivamente, caminhos para um futuro mais justo, solidário e igualitário para quem vive do trabalho.

Boa Leitura e até a próxima!

Antonio Megale
Fernanda Giorgi
Sabrina Xavier

STF E A DESCONSTRUÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

(JULHO)

>Disponível aqui completo<

A Suprema Corte contra os Trabalhadores

2025
Cássio Casagrande, Rodrigo Carelli
Editora Venturoli

No texto "A Suprema Corte contra os Trabalhadores", Cássio Casagrande e Rodrigo Carelli denunciaram que o STF, ao ampliar irrestritamente a interpretação sobre terceirização, promoveu uma verdadeira reforma trabalhista pró-mercado, ainda mais profunda que a legislativa. A Corte tem validado contratos civis precarizantes, ignorando o princípio do contrato realidade, pilar do Direito do Trabalho.

➤ Disponível aqui

Agenda Jurídica das Centrais Sindicais no STF e no TST

Instituto Lavoro
2025
Elaborada a partir de intensa pesquisa, a Agenda mapeia os principais processos em andamento no Supremo Tribunal Federal e, pela primeira vez, também no Tribunal Superior do Trabalho, identificando temas centrais para os direitos sociais, trabalhistas, das relações sindicais e do serviço público.

➤ Disponível aqui

Estamos na era da desconstrução do Direito do Trabalho pelo STF, alerta juiz

Gabriela Moncau (reportagem com juizes do trabalho)
Brasil de Fato
1 de maio de 2024
O juiz Grijalbo Fernandes Coutinho (TRT 10ª Região e integrante da Anamatra) alerta que o Brasil vive uma fase inédita de desmonte do Direito do Trabalho promovido pelo STF, citando decisões como a terceirização irrestrita, escalas de 12x36 e valorização de convenções coletivas acima da lei. Ele analisa aproximadamente 60 decisões judiciais entre 2007 e 2020, das quais em cerca de 57 o Supremo teria decidido pela flexibilização de direitos trabalhistas.

➤ Disponível aqui

Direito do Trabalho no STF: cenário e perspectivas futuras

FGV Direito SP
2023
Este documentário, em formato de aula aberta, apresenta uma análise crítica e aprofundada sobre o papel do STF na redefinição da legislação trabalhista. Conduzido pelo professor Otávio Pinto e Silva, o conteúdo destaca o protagonismo da Corte na supressão e flexibilização de garantias históricas da classe trabalhadora. O evento foi realizado pela FGV Direito SP, com o objetivo de refletir sobre a forma como o Direito do Trabalho vem sendo interpretado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

➤ Disponível aqui

Justiça Política do Capital: a desconstrução do Direito do Trabalho por decisões judiciais

Sílvia Pérola e Gerson Oliveira Costa
Podcast "Justiça Política do Capital"
19 de out. de 2023
Neste episódio, o Professor Doutor Grijalbo Fernandes Coutinho, Desembargador do TRT da 10ª Região, apresenta a tese de doutorado que originou seu livro Justiça Política do Capital: a desconstrução do Direito do Trabalho por meio de decisões judiciais. O magistrado analisa o processo histórico de desregulação das relações de trabalho no Brasil a partir dos anos 1990, destacando o protagonismo do Supremo Tribunal Federal (STF) na flexibilização e supressão das garantias trabalhistas. A conversa explora decisões da Suprema Corte sobre terceirização, contrarreformas trabalhistas e carteira verde e amarela, evidenciando o impacto dessas decisões na fragilização dos direitos da classe trabalhadora.

➤ Disponível aqui

O que tem feito o Supremo Tribunal Federal com os direitos trabalhistas?

Brasil de Fato
14 de abril de 2025
A notícia publicada no Brasil de Fato, apresenta uma análise crítica sobre o impacto da decisão do Supremo Tribunal Federal e, em particular, sobre a contratação de trabalhadores como pessoa jurídica. Segundo juristas consultados, essa decisão pode abrir caminho para o enfraquecimento dos direitos trabalhistas, ao dificultar o reconhecimento do vínculo empregatício e reduzir a proteção social assegurada pela Justiça do Trabalho. O texto enfatiza o risco de precarização e flexibilização das condições de trabalho, alertando para a necessidade de mobilização e resistência para preservar as conquistas históricas da classe trabalhadora.

➤ Disponível aqui

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DIREITO DO TRABALHO

(AGOSTO)

>Disponível aqui completo<

Meio ambiente x sindicalismo

Alexandre Pessoa da Silva
Publicação própria
2021
A crise ambiental deixou de ser um alerta distante e se tornou uma questão de sobrevivência. Neste livro, o autor mostra como a pauta ecológica se cruza com a luta dos trabalhadores, revelando o papel estratégico dos sindicatos em um cenário marcado por crise econômica, desigualdades e pressões globais. Ao visitar a história do movimento ambientalista e a força dos tratados e convenções internacionais, a obra evidencia como essas decisões impactam o trabalho, os direitos sociais e, sobretudo, os países mais vulneráveis. Leitura indispensável para quem quer compreender por que defender o meio ambiente também é defender direitos.

➤ Disponível aqui

Trabalho, Meio Ambiente e Meio Ambiente do Trabalho: Novos Horizontes dos Direitos Humanos no Universo Laboral
Thaíssa Tamarindo da Rocha Weishaupt Proni e Néri de Barros Almeida (Orgs.) BCLC/Unicamp
2022
Os textos reunidos na publicação mostram que o avanço da exploração capitalista atingiu um ponto extremo de contradição em relação à exploração do meio ambiente e dos corpos humanos. É nesse ponto que a economia e a justiça são convidadas a se pronunciar. Esperamos que este livro inspire decisões em que a atenção aos direitos humanos atue como fundamento ético da mudança da direção histórica do planeta. Embora os casos analisados sejam em sua quase integralidade extraídos da experiência brasileira, estão vinculados a uma mesma raiz globalizada.

➤ Disponível aqui

Homem, Trabalho e Meio Ambiente: Desenvolvimento e Sustentabilidade

Fábio Rodrigues
Repositório Institucional da Universidade de Caxias do Sul
2015
A dissertação analisa como o trabalho transforma o ser humano, a sociedade e a natureza, mas aponta que os trabalhadores quase nunca participam das decisões sobre os impactos ambientais de suas atividades. Diante do avanço da degradação ambiental, o autor defende a educação ambiental como instrumento essencial para promover um desenvolvimento sustentável, conciliando direitos trabalhistas e preservação dos recursos naturais.

➤ Disponível aqui

Lixo Extraordinário

Lucy Walker
2010
O documentário acompanha o artista Vik Muniz no aterro de Jardim Gramacho (RJ), onde o que muitos chamam de lixo vir arte, voz e reconhecimento. Ao trabalhar com materiais recicláveis coletados por catadores, o filme mostra como a criação artística transforma não só os resíduos, mas principalmente as pessoas. Entre montanhas de descartes, surgem histórias de vida, autoestima, pertencimento e esperança, revelando a potência humana por trás de um trabalho invisibilizado. Uma obra sensível que conecta arte, meio ambiente, trabalho e dignidade.

➤ Disponível aqui

Os impactos da nova lei ambiental

Natuza Nery
Podcast "O Assunto"
26 de maio de 2025
O podcast é sobre o Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental, recentemente aprovado no Senado e apelidado de "PL da Devastação". Ele discute como a proposta flexibiliza regras ambientais, cria a Licença por Adesão e Compromisso (LAC) e pode afetar obras, agricultura e pecuária. O episódio traz a análise de Marcio Astrini, do Observatório do Clima, que explica o contexto político da votação e alerta para os impactos ambientais e na imagem do Brasil às vésperas da COP30 em Belém.

➤ Disponível aqui

PCDS E O MUNDO DO TRABALHO

(SETEMBRO)

>Disponível aqui completo<

Desafios da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: reflexões e práticas

Marcus Vinicius Castro Witczak e Adriano de Lemos Alves Peixoto
EDUFBA
2021
A obra é resultado de uma conjugação de esforços de pesquisadoras(es) de diferentes áreas do conhecimento e, mais com um destaque especial para a psicologia, com o objetivo de suprir uma lacuna na produção científica sobre a temática da inclusão de pessoas com deficiência no trabalho. Tal conjugação permite que outras(os) pesquisadoras(es), acadêmicas(os) ou mesmo o público em geral possam ter sistematizadas, em uma única obra, diferentes informações fundamentais solidamente no campo da pesquisa acadêmica e práticas profissionais em contextos diversos. Com isso, o livro destina-se a quem tem interesse em aprender ou ampliar suas perspectivas sobre os desafios enfrentados para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

➤ Disponível aqui

Pessoas Com Deficiência – PCDS no mercado de trabalho: A imprescindibilidade da inclusão social

Ademir Bortolini Junior, Maria Eduarda Silva Pereira, Jarmlê de Campos Coletti
2024
O objetivo deste artigo é abordar a respeito das Pessoas com Deficiência - PCDS no mercado de trabalho, ponderando a imprescindibilidade da inclusão social nas empresas. Para efetivar o presente, fez-se uma pesquisa bibliográfica. A inclusão da deficiência permite que todos tenham direitos iguais na sociedade – inclusive no local de trabalho. Ter um emprego ou uma carreira profissional é uma parte normal da vida de muitas pessoas, mas pode haver barreiras que dificultam que uma pessoa com deficiência encontre e mantenha um emprego.

➤ Disponível aqui

PCD e o ambiente de trabalho — Programa Hora Extra TRT 60 (Edição 520)

Programa Hora Extra — TRT Goiás
4 de dez. de 2024
A edição discute se as empresas estão preparadas para receber pessoas com deficiência, trazendo a entrevista em estúdio com a psicóloga Christina Vieira (a partir de 10:40), que fala sobre inclusão, desafios e direitos das PCDs no ambiente de trabalho. O programa destaca a importância de políticas de acessibilidade e práticas que garantam condições dignas de inserção e permanência no mercado formal. Na Série Profissões, o paratleta Isaias Menezes, conhecido como Pirata, compartilha sua trajetória de superação no esporte, mostrando como ele se tornou um meio de inclusão social.

➤ Disponível aqui

Desafios para entrar no mercado de trabalho

Podcast Data Lábia
Spotify — Trampo PCD (#02)
9 de setembro de 2020
O episódio discute os principais obstáculos enfrentados por pessoas com deficiência no acesso ao mercado de trabalho formal. A série analisa desde as barreiras estruturais e culturais até a implementação de políticas públicas e iniciativas privadas que promovam a inclusão. O podcast destaca relatos de vivências, experiências de contratação e o papel das empresas e da sociedade na superação do capacitismo.

➤ Disponível aqui

Lei de Cotas completa 34 anos com mais de 63 mil contratações de pessoas com deficiência em 2025

Portal Govbr – Ministério do Trabalho e Emprego
24 de julho de 2025
A notícia destaca que a Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991) completou 34 anos em 2025, registrando mais de 63 mil contratações de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho apenas neste ano. O texto resalta a importância do cumprimento da legislação para a inclusão, a promoção da diversidade e a redução das desigualdades. Também enfatiza o papel das empresas, sindicatos e do poder público em garantir condições adequadas, acessibilidade e oportunidades reais de desenvolvimento profissional para as pessoas com deficiência.

➤ Disponível aqui

O FUTURO DO SERVIÇO PÚBLICO: ENTRE REFORMAS E RESISTÊNCIAS

(OUTUBRO)

>Disponível aqui completo<

O Futuro do Serviço Público: Novas Competências para Servidores e Dirigentes

Escola Nacional de Administração Pública – ENAP
2021
A obra discute como as profundas transformações sociais, tecnológicas e institucionais estão redefinindo o papel do Estado e da administração pública. Diante de um cenário cada vez mais complexo, o livro destaca a importância de preparar servidores e dirigentes com novas competências, como inovação, liderança, pensamento estratégico, uso de tecnologias digitais e foco em resultados e no interesse público. Mais do que adaptar processos, o desafio é transformar a cultura do serviço público, fortalecendo a capacidade do Estado de responder às demandas da sociedade com eficiência, transparência e qualidade. Um debate essencial sobre o presente e o futuro da gestão pública no Brasil.

➤ Disponível aqui

O STF e a greve no serviço público: o caso dos dias de greve

Miguel Godoy e Sidnei Machado
2021
O artigo analisa o julgamento do STF no RE 693.456 (2016), que autorizou o desconto dos dias parados em greves de servidores públicos, mesmo sem uma lei específica que regulamente o direito de greve no serviço público. Para os autores, essa decisão viola a Constituição de 1988 e enfraquece a autonomia sindical, ao tratar a greve, um direito fundamental, como exceção. A reflexão defende a retomada do debate sobre a greve no serviço público como instrumento legítimo de participação democrática, essencial para a defesa de direitos coletivos e para o fortalecimento das relações de trabalho no Estado.

➤ Disponível aqui

Reflexos da Flexibilização do Regime Jurídico Único (RJU)

Camilla Candido, José Eymard Loguerio e Mádila Barros Severino de Lima
2024
A Nota Técnica analisa os impactos da decisão do STF na ADI 2135, que reconheceu a constitucionalidade da Emenda Constitucional nº 19/1998 ao afastar a obrigatoriedade do Regime Jurídico Único e dos planos de carreira no serviço público. O estudo examina como essa flexibilização afeta a administração direta, as autarquias e as fundações públicas em todas as esferas federativas. O texto chama atenção para os riscos de precarização das relações de trabalho, fragmentação do serviço público e enfraquecimento da estabilidade e da profissionalização estatal, além de seus efeitos sobre a gestão pública e os direitos dos servidores. Um debate central para compreender os rumos do serviço público brasileiro.

➤ Disponível aqui

Parks and Recreation

Greg Daniels e Michael Schur
2009
Aclamada sitcom americana em formato de mockumentary, Parks and Recreation retrata com humor e afeto o cotidiano de Leslie Knope (Amy Poehler), uma dedicada funcionária do Departamento de Parques da cidade fictícia de Pawnee, Indiana. A série explora, entre sátiras políticas e dramas cotidianos, os desafios e o valor do serviço público — entre burocracias, idealismo e o compromisso com o bem comum.

➤ Disponível aqui

Sob Pressão

Jorge Furtado, Luiz Noronha, Claudio Torres, Renato Fagundes e Lucas Paraizo
TV Globo / Globoplay
2017
A série retrata a rotina intensa e exaustiva de profissionais da saúde em um hospital público do Rio de Janeiro, escancarando a precarização do sistema, a falta de recursos e o sofrimento cotidiano de quem luta para garantir o direito à vida. Com realismo e sensibilidade, Sob Pressão revela as contradições do serviço público brasileiro e o impacto da sobrecarga, do abandono estatal e da desvalorização sobre os trabalhadores da saúde. Uma reflexão sobre o direito à saúde, o trabalho no serviço público e a dignidade humana.

➤ Disponível aqui

5 motivos para ser contra a Reforma Administrativa e fortalecer a Marcha do dia 29/10

Sinpro-DF
23/10/2025
A matéria do Sinpro-DF elenca cinco motivos centrais para que os trabalhadores e a sociedade rejeitem a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e participem da Marcha Nacional do Serviço Público, no dia 29 de outubro. O texto alerta que a proposta fragiliza os serviços públicos, amplia a precarização do trabalho, reduz a estabilidade e os direitos dos servidores, abre espaço para apadrinhamentos e privatizações, e ameaça a qualidade e a universalidade do atendimento à população.

➤ Disponível aqui

REFORMA TRABALHISTA: UM ANIVERSÁRIO SEM MOTIVO PARA COMEMORAR

(NOVEMBRO)

>Disponível aqui completo<

Reforma Trabalhista no Brasil: impactos e contradições

José Dari Krein, Roberto Vêras de Oliveira, Vitor Araujo Filgueiras (orgs.)
REMIR / IE-Unicamp
2019
A obra reúne análises fundamentadas em pesquisas empíricas, dados oficiais (RAIS, CAGED e PNAD Contínua) e entrevistas com trabalhadores e sindicalistas, oferecendo um panorama consistente sobre os efeitos da Reforma Trabalhista de 2017. O livro examina os impactos da reforma no mercado de trabalho, nas condições de emprego, no acesso à Justiça do Trabalho e na atuação sindical. Ao evidenciar as contradições do discurso de modernização, o estudo aprofunda o debate sobre a precarização das relações de trabalho e os desafios à efetivação dos direitos trabalhistas no Brasil. Uma leitura essencial para compreender os rumos do trabalho após a reforma.

➤ Disponível aqui

O Futuro é Nosso

Silvio Tendler
26/05/2023
O documentário O Futuro é Nosso, dirigido por Silvio Tendler, examina criticamente os impactos da reforma trabalhista, da robotização e da inteligência artificial sobre o mundo do trabalho. A obra denuncia como os ataques ao sindicalismo buscam desarticular a organização coletiva dos trabalhadores diante de um capitalismo cada vez mais predatório, marcado pela informalidade crescente após a reforma de 2017, que alterou mais de 200 dispositivos da CLT.

➤ Disponível aqui

Reforma Trabalhista e Crise do Direito do Trabalho no Brasil: Apontamentos Críticos

Carlos Eduardo Soares Freitas, Murilo Carvalho Sampaio Oliveira e Renata Queiroz Dutra (orgs.)
Appris
2019
Resultado das reflexões do grupo de pesquisa "Transformações do Trabalho, Democracia e Proteção Social" (UFBA), o livro reúne análises críticas sobre a Reforma Trabalhista de 2017 e suas contradições frente às normas constitucionais e internacionais de proteção social. A obra discute os novos rumos da regulação do trabalho no Brasil, mapeando limites e possibilidades do cenário jurídico contemporâneo e evidenciando a profundidade da crise do Direito do Trabalho no contexto neoliberal.

➤ Disponível aqui

Moraes defende reforma trabalhista e nega viés superprotetivo da lei

Da Redação
Gazetas
07/08/2025
A reportagem relata a manifestação do ministro Alexandre de Moraes durante julgamento no STF sobre a inclusão de empresas do mesmo grupo econômico na fase de execução trabalhista. Na ocasião, Moraes defendeu a constitucionalidade da reforma trabalhista de 2017 e afirmou que as mudanças não adgtaram posição "superprotetiva", mas buscaram modernizar a CLT diante dos novos desafios econômicos e empresariais. O ministro destacou que os arts. 2º, §§2º e 3º da CLT — que tratam da responsabilidade solidária e dos critérios de configuração de grupo econômico — devem prevalecer sobre regras gerais do CPC, por serem normas específicas do Direito do Trabalho. Para Moraes, a reforma respondeu à complexidade dos arranjos societários contemporâneos, marcados por estruturas empresariais fragmentadas que frequentemente prejudicam a efetivação dos direitos trabalhistas.

➤ Disponível aqui

As reformas trabalhistas: promessas e impactos na vida de quem trabalha

José Dari Krein, Roberto Vêras de Oliveira, Vitor Araujo Filgueiras (orgs.)
Cadernos CRH, v. 32, n. 86 (Dossiê)
2019
O artigo introduz o dossiê analisando o avanço das reformas trabalhistas no Brasil e no mundo, mostrando que elas seguem um padrão comum: ampliar contratos atípicos, flexibilizar jornadas, reduzir proteções e enfraquecer sindicatos sob o argumento de combater o desemprego. Apesar disso, a inclusão nessa tendência global, ao tratar a greve, um direito profundamente a CLT, apesar de não haver evidências de que tal flexibilização gere mais empregos. O texto destaca que essas reformas atendem às exigências do capitalismo e tendem a rebaixar o padrão de proteção social, afetando todo o sistema de regulação do trabalho.

➤ Disponível aqui